POTENCIALIDADE DA FILOSOFIA DA PRÁXIS DIANTE DA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA

Ariadne Rodrigues[1]

Ana Lole[2]

RESUMO

O presente artigo resgata o sentido revolucionário da filosofia da práxis a partir do pensamento de Antonio Gramsci, compreendendo o marxismo como uma filosofia capaz de organizar uma nova racionalidade. Neste sentido, as reflexões gramscianas são relevantes para se contrapor às ideologias da classe dominante e para se pensar em formas de resistências para a classe e grupos subalternos, em especial diante do cenário neoliberal e pandêmico.

Palavras-chave: Filosofia da práxis. Ideologia. Antonio Gramsci.

ABSTRACT

This article rescues the revolutionary meaning of the philosophy of praxis from the thought of Antonio Gramsci, understanding Marxism as a philosophy capable of ordering a new rationale. In this sense, Gramsci's reflections are relevant to counteract the ruling class ideologies and to think about forms of resistance for the subaltern class and groups, in particular in the face of the neoliberal and pandemic scenario.

Keywords: Philosophy of Praxis. Ideology. Antonio Gramsci.

1 INTRODUÇÃO

O sentido revolucionário da filosofia da práxis no pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937) compreende o marxismo como uma filosofia capaz de organizar uma nova racionalidade. Desta forma, as reflexões gramscianas são relevantes para se contrapor às ideologias da classe dominante e para se pensar em formas de resistências para a classe e grupos subalternos, em especial diante do cenário neoliberal e pandêmico.

[1] Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); ariadnerodrigues_contato@yahoo.com.br.
[2] Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio; analole@gmail.com.

Para Gramsci (2009), as ideologias orgânicas formam um espaço no qual os homens adquirem consciência, formam uma nova cultura e lutam por um novo tipo de sociedade. O filósofo sardo teoriza a ideologia como sendo a partida para a ação prática, com as ideias se configurando em ação política. Dentro desse processo forças materiais e as ideologias interagem. Sendo assim, a categoria filosofia da práxis traz uma perspectiva revolucionária, na qual os grupos subalternos, através da organização e da conscientização, unem forças a fim de transformar a sociedade e construir um novo bloco histórico implicando uma concepção de mundo vinculada aos seus interesses. É na luta que os subalternos vão moldando sua própria ideologia.

Neste sentido, este artigo busca mostrar a relação intrínseca entre ideologia e filosofia da práxis, bem como a potencialidade da categoria filosofia da práxis para a conjuntura atual, em especial a brasileira.

2 IDEOLOGIA E FILOSOFIA DA PRÁXIS

O sentido revolucionário da filosofia da práxis inaugurado por Karl Marx foi aprofundado e ampliado por Gramsci, sendo, de acordo com Simionatto (1995), uma das concepções fundamentais nos *Cadernos do cárcere*. Gramsci seguiu o pensamento de Marx de que filosofia não é apenas uma produção de ideias, mas ação prática e atividade concreta. Segundo Semeraro (2014, p. 137), as reflexões desenvolvidas por Gramsci em relação à filosofia da práxis visam “resgatar o marxismo na sua integralidade e originalidade, protegendo-o das distorções teóricas”. A filosofia da práxis nos *Cadernos do cárcere* se apresenta de duas formas distintas: “come denominazione dell’intera proposta filosofica ivi contenuta e come specifica locuzione che compare nel corso del lavoro, di cui si può documentare la progressiva affermazione che la rende sinonimo di ‘marxismo’” (FROSINI, 2003, p. 93). Neste artigo, portanto, a expressão filosofia da práxis refere-se ao materialismo histórico ou marxismo.

Embora o legado deixado por Gramsci esteja na teoria política, “vamos encontrar nas inúmeras análises que compõem os *Cadernos*, momentos fundamentais que expressam a sua preocupação pelo desvendamento da

historicidade das ideologias e a relação destas com o conhecimento científico" (SIMIONATTO, 1995, p. 73). Marx em *A ideologia alemã* define a produção de ideias como consequência da produção material. Em suas próprias palavras: "a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real" (MARX, 2007, p. 93). Sendo assim, a subjetividade dos indivíduos é produzida a partir da sua realidade concreta e da estrutura política e social, estando, portanto, conectada com a produção. Os homens são, desta forma, produtores de suas próprias representações e ideias, mas estas estão relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas. Marx (2007) faz uma crítica aos neo-hegelianos e à filosofia alemã, pois estes caíram no idealismo e buscaram refúgio em uma concepção exterior ou subjetivista, tentando explicar o mundo através da naturalização e da vontade. Segundo Marx (2007, p.94), o pensamento filosófico alemão "desce do céu à terra", ou seja, parte daquilo que os homens imaginam e não da realidade dos indivíduos. Para ele, entretanto, não basta a consciência ou o conhecimento, pois a conquista da liberdade real dos homens só é possível pelo emprego de meios reais presentes na realidade.

Para Marx e Engels (1977, p. 25) "os homens produzem ideias que, como quaisquer outras manifestações humanas, são resultado da atividade de homens reais, não têm existência autônoma, são a expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades." Gramsci é, nesse ponto, adepto das teorias de Marx. Portanto, também parte da noção de que "a tese segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais no terreno das ideologias não é de caráter psicológico ou moralista, mas sim de caráter orgânico gnosiológico." (GRAMSCI, 2017, p. 53).

Gramsci, então, não rompe com as concepções teóricas desenvolvidas por Marx, apenas as complementa ao reinterpretar as novas configurações apresentadas pelo capitalismo no período histórico em que viveu. Não se trata de superar e nem mudar o pensamento deixado por Marx, mas sim ampliá-lo, tendo em vista as novas configurações do capitalismo. Segundo Gramsci (2017, p. 53), "é necessário combater o economicismo não só na teoria da historiografia, mas também e sobretudo na teoria

e na prática políticas". O filósofo sardo combate concepções deterministas e vulgares do marxismo e compreende o nexo entre base econômica e superestrutura como dialético, sendo o modo de vida capitalista da classe dominante fortemente influente na superestrutura da sociedade, por esta ser dona dos meios de produção, o que faz com que sua ideologia seja a dominante, ou seja, que suas ideias se tornem universais. Mas Gramsci também valoriza e leva em conta a ação e a subjetividade dos homens, que não são movidos automaticamente pela determinação da economia.

Ao analisar a relação entre estrutura e superestrutura, Gramsci (2017) afirma que a superestrutura é condicionada, em última instância, pela base material. Sendo assim, o filósofo italiano aponta que as ideologias se expressam através das relações sociais e derivam dos movimentos da estrutura da sociedade, pois a estrutura econômica da sociedade determina uma superestrutura e as possíveis formas de consciência social. Recuperando a fonte, retoma o prefácio à *Crítica da economia política*, segundo o qual:

> Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social... Ao chegar a uma determinada fase do desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolvem até aqui. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no ceio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. (MARX *apud* GRAMSCI, 2009, p. 157).

Os fenômenos sociais estão articulados enquanto uma totalidade. É preciso entender a base material para se compreender o tipo de sociedade possível em um determinado momento histórico. Em Gramsci (2009) a base material de uma sociedade está ligada ao tipo de superestrutura que é possível se desenvolver, apontando assim que o político e do ideológico estão no interior de determinações

econômico-objetivas, em uma ligação orgânica com a estrutura da sociedade. Para Gramsci, “deve-se recordar ao mesmo tempo a afirmação de Engels de que a economia só em ‘última análise’ é o motor da história”, pois “os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias” (2017, p. 50).

Não há como apontar uma superioridade entre estrutura e superestrutura, pois existe uma relação orgânica entre ambas, sendo impossível desassociá-las. Sobre o tema, Portelli expõe que a relação entre estrutura e superestrutura acontece de forma dialética e não de dependência, pois são dois momentos igualmente decisivos.

> [...] a relação entre esses dois momentos do bloco histórico é uma relação dialética entre dois momentos igualmente determinantes: o momento estrutural, pois ele é a base que engendra diretamente a superestrutura, que no início é apenas o seu reflexo; durante o período considerado, a superestrutura só poderá desenvolver-se e agir entre limites estruturais bem precisos: assim, a estrutura influi, constantemente sobre a atividade superestrutural. O momento ético-político desempenha de qualquer modo, em função dessa base, um papel motor. (PORTELLI, 2002, p. 66).

No debate sobre estrutura e superestrutura (economia e ideologia), Gramsci reconhece que ambas formam o “bloco histórico”, isto é, “o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” que reage dialeticamente sobre elas. Disto emana: “um sistema totalitário de ideologias [que] reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a subversão da práxis” (GRAMSCI, 2009, p. 250-251).

Ideologia pode ser entendida em Marx como conscientização para enfrentamento dos conflitos sociais, uma orientação para a atuação prática em um mundo dividido em classes. Em Gramsci (2009, p. 237) encontramos a distinção de dois tipos, a saber: as “ideologias arbitrárias, cerebrinas, voluntaristas” e as “ideologias historicamente orgânicas”.

> É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são arbitrárias, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já

> que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 2009, p. 236, 237).

As ideologias historicamente orgânicas apresentam-se como uma concepção de mundo e se manifestam na superestrutura da sociedade, através de todas as manifestações da vida individual e coletiva. Quando historicamente necessárias, segundo Simionatto (1995), as ideologias orgânicas podem organizar as massas e fornece-lhes consciência da sua posição – induzindo-as à luta. A categoria Ideologia, na concepção gramsciana, "tem um peso decisivo na organização da vida social e se torna força material quando ganha consciência das massas" (SIMIONATTO, 1995, p. 73).

Na ideologia orgânica encontramos a "filosofia da práxis", ou seja, o marxismo – que é uma ideologia justamente porque conscientiza para a luta de classes e para a transformação da sociedade (SIMIONATTO, 1995, p. 76). O marxismo em Gramsci não é visto apenas como método, mas como uma filosofia que, dialeticamente, relaciona o conhecimento com o agir prático. Semeraro (2014, p. 131) pontua que Gramsci é quem "explicita, amplia e atualiza de maneira original as virtualidades da filosofia da práxis, mostrando-a como expressão revolucionária das classes subalternas, que se organizam politicamente para romper com a submissão e se tornarem dirigentes".

Diferente das demais filosofias, a filosofia da práxis tem consciência das contradições que assolaram a sociedade. Nas palavras de Gramsci:

> [...] Todo filósofo está e não pode deixar de estar convencido de que expressa a unidade do espírito humano, isto é, a unidade da história e da natureza; de fato, se tal convicção não existisse, os homens não atuariam, não criariam uma nova história, isto é, as filosofias não poderiam transformar-se em 'ideologias', não poderiam assumir na prática a granítica e fanática solidez daquelas 'crenças populares' que têm a mesma energia das 'forças materiais'. (GRAMSCI, 2009, p. 204).

O filósofo sardo, em suas análises, apresenta uma diferença essencial entre a filosofia da práxis e as demais filosofias:

> Existe, porém, uma diferença fundamental entre a filosofia da práxis e as outras filosofias: as outras ideologias são criações inorgânicas porque contraditórias, porque voltadas para a conciliação de interesses opostos e contraditórios; a sua 'historicidade' será breve, já que a contradição aflora após cada evento do qual foram instrumento. A filosofia da práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na

> história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas. (GRAMSCI, 2009, p. 388).

A categoria gramsciana filosofia da práxis revela-se como uma concepção integral e original, que ultrapassa tanto o materialismo quanto o idealismo tradicionais. Neste sentido, "não se confunde e não se reduz a nenhuma outra filosofia: ela não é original apenas enquanto supera as filosofias precedentes, mas sobretudo enquanto abre um caminho inteiramente novo, isto é, renova de cima a baixo o modo de conceber a própria filosofia" (GRAMSCI, 2009, p. 154).

A filosofia da práxis se engendra no processo histórico "como expressão necessária de uma determinada ação histórica" (SIMIONATTO, 1995, p. 77). Essa expressão não é propriamente de Marx, mas criada por estudiosos da produção desse autor. Entretanto, na I Tese sobre Fuerbach, Marx (2001, p. 99) define práxis como "atividade humana sensível", especificando que ela consiste na junção da atividade "prático-política" e que é "revolucionária", pois movimenta e transforma. Esta nova maneira de conceber a filosofia está presente também na XI Tese sobre Feuerbach, a qual diz que "os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias maneiras, trata-se agora de transformá-lo" (MARX, 2001, p. 103). De acordo com Semeraro (2014, p. 132), em Marx "a solução não podia ser encontrada apenas em uma filosofia que se limitava a fazer a crítica das ideias, mas na 'práxis revolucionária'". A revolução é vista aqui como força motriz da história e se torna possível aos trabalhadores se tornarem cientes das contradições da realidade e da condição de exploração em que vivem, podendo estes transformar a própria estrutura da realidade.

3 POTENCIALIDADE DA CATEGORIA FILOSOFIA DA PRÁXIS

Como visto, o caráter orgânico entre estrutura e superestrutura é enfatizado pelo próprio Gramsci ao reconhecer que a filosofia da práxis as distinguem, mas não as separam. O autor italiano compreende o "desenvolvimento das mesmas como

intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco" (GRAMSCI, 2009, p. 369). As mudanças estruturais e superestruturais podem ocorrer a partir das forças que atuam sobre elas. Percebemos nos escritos do filósofo sardo que ele jamais colocava problemas abstratos separados e isolados da vida dos homens:

> É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser situado com exatidão e resolvido para assim se chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e à definição da relação entre elas. É necessário movimentar-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações. (GRAMSCI, 2017, p. 36).

Segundo o pensamento gramsciano as relações entre estrutura e superestrutura envolvem, além da dimensão econômica, a dimensão política, sendo a sociedade civil um espaço privilegiado para as lutas pela hegemonia. As superestruturas são, então, uma realidade objetiva e atuam politicamente de um modo central, pois é por meio delas que os "homens tomam consciência de sua posição social", o que é fundamental para toda luta política.

Em Gramsci (2017, p. 49), hegemonia não é apenas ético-política, mas também econômica, pois tem "seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica". A disputa pela hegemonia ocorre no campo da subjetividade, em um embate ideológico. A ideologia dominante entra em disputa com as classes dirigentes, que tentam formar uma nova ideologia. A luta pela hegemonia, segundo Coutinho (2008, p. 44), é a luta pela criação e difusão de uma concepção de mundo, com o objetivo de conservar ou transformar a estrutura socioeconômica. É a capacidade de um grupo social exercer seu poder e projeto político sobre outro bloco não hegemônico, mas que continua a lutar, cotidianamente, pela conquista de posições, com um projeto contra-hegemônico.

Sendo assim, a sociedade civil em Gramsci é o terreno da luta de classes e a classe que está no poder pode não ser ideologicamente hegemônica, pois um grupo pode estar no domínio e perder a hegemonia ideológica para a classe dirigente, favorecendo "a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente"

(GRAMSCI, 2017, p. 291). Em Gramsci (2009, p. 47), então, um grupo subalterno tem a possibilidade de "se tornar dominante, de se desenvolver para além da fase econômico-corporativa a fim de alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e de tornar-se dominante no Estado".

> Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais "dirigente", mas unicamente "dominante", detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. (GRAMSCI, 2009, p. 184).

Na luta pela hegemonia, a classe dominante precisa encontrar meios para impedir a conscientização da classe dominada em relação a realidade, conformando-a a um determinado modo de vida. De acordo com Gramsci (2009, p. 96), no terreno do senso comum as classes subalternas incorporam as ideologias das classes dominantes. O senso comum é utilizado pelos dominantes a fim de buscar a passividade popular e bloquear a autonomia histórica dos subalternos, com o intuito de que estes não alcancem uma filosofia superior e não assimilem uma nova concepção de mundo. A classe dominante consegue impor a sua ideologia, argumenta Simionatto (1995), porque possui o poder econômico que representa uma grande força no seio da sociedade civil e porque detém a posse do Estado e dos principais aparelhos privados de hegemonia. Desta forma:

> As ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material, dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que elas sejam submetidas, ao mesmo tempo, e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

Gramsci (2009) supera, entretanto, esta visão de Marx, pois uma classe pode ser hegemônica enquanto a outra ainda é dominante. Isso ocorre, por exemplo, no campo cultural, no qual a ideologia da classe subalterna pode se tornar dominante enquanto a classe dominante ainda está no poder. Segundo Gramsci (2009, p. 96), "a filosofia marxista é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o 'bom senso', que contrapõe ao senso comum". Ou seja, ao se fazer a crítica ao senso comum e às ideias dominantes, nota-se a possibilidade de

uma nova consciência vinda das classes subalternas, a qual se encontra em uma disputa ideológica por hegemonia com a classe dominante. Sendo assim, a filosofia da práxis:

> Não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (possíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas. (GRAMSCI, 2009, p. 388).

Para Gramsci (2009, p. 388), “a filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir”, uma vez que as classes subalternas abrem caminho para se organizarem e se emanciparem, unindo conhecimento e ação. Assim, chegamos à intrínseca relação que compõe a filosofia da práxis, na concepção de Gramsci, a “filosofia é a história em ato”, de modo que tudo pode ser considerado política, ou seja, pensamento e ação encontram-se unidos. A filosofia da práxis não é apenas uma forma de se interpretar o mundo, mas uma ação para a transformação da realidade, sendo “uma concepção de massa, uma cultura de massa, que opera para construir uma nova civilização” (SEMERARO, 2014, p. 134).

Neste sentido, o filósofo sardo constata que a filosofia da práxis promove o “fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática” já que “as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 2009, p. 238).

Segundo Simionatto (1995), no pensamento de Gramsci encontramos a necessidade da criação de novas ideias, nova cultura e uma nova visão de mundo, que venha das classes subalternas, que seja crítica, coerente e que se enraíze na sociedade com a mesma intensidade que as crenças tradicionais. Torna-se necessário realizar uma crítica à condição imposta pelas classes dominantes às classes subalternas, a fim de que os subalternos construam uma nova concepção e percepção do mundo. Trata-se da passagem do modo de pensar desorganizado e

folclórico para um pensar crítico e histórico, que interfira nas lutas concretas e nos problemas práticos vividos pelas classes subalternas. “O conceito de ideologia assume, assim, um novo sentido na medida em que uma determinada relação de hegemonia pode ser rompida em favor de uma nova, ou seja, de um novo bloco histórico” (SIMIONATTO, 1995, p. 80).

O termo subalternidade, apesar de sido citado por Gramsci nos *Cadernos do cárcere*, raramente aparece definido de modo sistemático. No caderno 3, parágrafo 48, intitulado “Passado e Presente. Espontaneidade e direção consciente”, Gramsci (2017, p. 197) apresenta que as classes subalternas têm como característica a “espontaneidade” e que, com isso, os elementos de “direção consciente” são impossíveis de controlar. Segundo o autor italiano:

> Pode-se dizer, por isso, que o elemento espontaneidade é característico da “história das classes subalternas”, aliás, dos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe “para si” e que, por isso, sequer suspeitam de que sua história possa ter alguma importância e que tenha algum valor deixar traços documentais dela. (GRAMSCI, 2017, p. 197).

Gramsci (2017) busca a superação da subalternidade, de modo a direcionar de forma consciente os movimentos ditos espontâneos e elevá-los a um plano superior, inserindo-os na política. Negligenciar ou desprezar os movimentos ditos “espontâneos” e não lhes dar uma direção consciente “pode ter frequentemente consequências muito sérias e graves”, pois, “ocorre quase sempre que um movimento espontâneo das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante” (GRAMSCI, 2017, p. 200).

Para Gramsci, a vida social é produto da ação dos homens na qual consciência e aspiração aparecem como fatores decisivos na transformação do real, sem deixar de levar em conta, no entanto, as condições históricas objetivas que existem independentemente da consciência e da vontade humana. Desta forma, a ação política conscientemente organizada e coletiva, nos mais variados setores sociais, adquire a capacidade de se disseminar criativamente, ganhando força e plenitude até fundamentar um sistema de governo cujo processo produtivo e reprodutivo é orientado pelos trabalhadores, ou seja, uma sociedade onde venha a prevalecer a vontade nacional-popular e a construção de uma nova hegemonia.

Ao reconhecer que “todos os homens são filósofos”, Gramsci (2009, p. 93) procura “destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos”. Semerano (2014) destaca que com esta frase, “todos os homens são filósofos”, Gramsci quebra o monopólio dos “filósofos profissionais”. Após esta reflexão, Gramsci passa a um segundo momento, o da “crítica e da consciência”, ou seja, o do não meramente “”participar” de uma concepção de mundo “imposta” mecanicamente”. Propõe, então, uma concepção de mundo coerente, crítica e que emana das classes subalternas. A ideia central da filosofia da práxis para Gramsci é a de que os subalternos são os verdadeiros agentes transformadores de sua própria história e que são partes ativas e integrantes na luta pela construção de uma nova sociedade.

Por fim, compreendemos que a categoria filosofia da práxis aparece na obra de Gramsci com grande importância e centralidade, resgatando o marxismo na sua integralidade e autenticidade. Para o autor, ela é a expressão revolucionária das classes subalternas. É uma cultura de massa, uma vez que os subalternos têm a possibilidade de conscientização, organização e emancipação, e assim a chance de construir uma nova cultura, na qual se reflitam os seus valores e não mais os da classe dominante.

4 CONCLUSÃO

As categorias gramscianas contribuem para a análise da realidade, em especial a brasileira, apontando o caminho da organização e conscientização da classe subalterna, a fim de que esta constitua uma cultura própria, que sirva de resistência e luta diante das mudanças do mundo do trabalho. A filosofia da práxis aponta para a intenção de construção de um novo tipo de sociedade, que atenda às reais necessidades dos subalternos. Sendo assim, este artigo traz uma perspectiva revolucionária, que nos permite pensar estratégias para que as classes e grupos subalternos unam forças a fim de transformar a sociedade. Dentro desse processo,

as forças materiais e as ideologias interagem, buscando a manutenção ou a formação de um novo bloco histórico.

Assim, para que haja, no momento de crise, o renascimento do marxismo é necessário que ele seja interpretado como filosofia. A filosofia da práxis, como buscamos demonstrar neste artigo, possui uma potencialidade capaz de construir uma direção intelectual e moral.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ariadne Ap. R. Mídia e Serviço Social, uma análise do nexo entre Serviço Social e mídia à luz das categorias de Gramsci. **Anais...** 1ª Conferência Gramsci, Marx e Marxismo (CGRAM), São Luís-MA, 23 e 24 de agosto de 2018. Disponível em: https://docplayer.com.br/209796552-Midia-e-servico-social-uma-analise-do-nexo-entre-servico-social-e-midia-a-luz-das-categorias-de-gramsci.html

COUTINHO, Eduardo Granja. Gramsci: a comunicação como política. In: COUTINHO, Eduardo Granja; PAIVA, Raquel; Freire Filho, João (Org.). **Mídia e poder**: ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Editora: Mauad X, 2008.

FROSINI, Fabio. Filosofia della práxis. In: FROSINI, Fabio; LIGUORI, Guido (Curador). **Le parole di Gramsci**: per un lessico dei quaderni del cárcere. Roma: Carocci Editore, 2003. p. 93-111.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedito Croce. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LOLE, Ana. Filosofia da práxis: a fênix vermelha. In: SCHLESENER, Anita Helena; OLIVEIRA, André Luiz de Oliveira; ALMEIDA, Tatiani Maria Garcia de (Org.). **A atualidade da filosofia da práxis e políticas educacionais**. Curitiba: UTP, 2018. p. 141-154.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach. In: **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach. In: **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. **Prefácio, para a crítica da Economia Política** - Contribuição à crítica da economia política, 1959. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e as práticas político-pedagógicas populares. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 131-148, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/25025 Acesso em: 10 mar. 2021.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.